



## 1. Conjuntura Econômica

### 1.1 - Considerações Iniciais

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais como forma de contextualizar o Estado de Pernambuco no cenário nacional.

Será feita uma análise comparativa entre o Estado de Pernambuco, os demais Estados da federação e o Brasil tomando por base os seguintes indicadores: Produto Interno Bruto – PIB, taxa de investimento, população, balança comercial, índice de inflação, emprego formal, taxa de desemprego, rendimento médio e indicadores de saneamento (abastecimento de água e rede coletora de esgoto). Para tal análise, foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

### 1.2 - Cenário Econômico Nacional

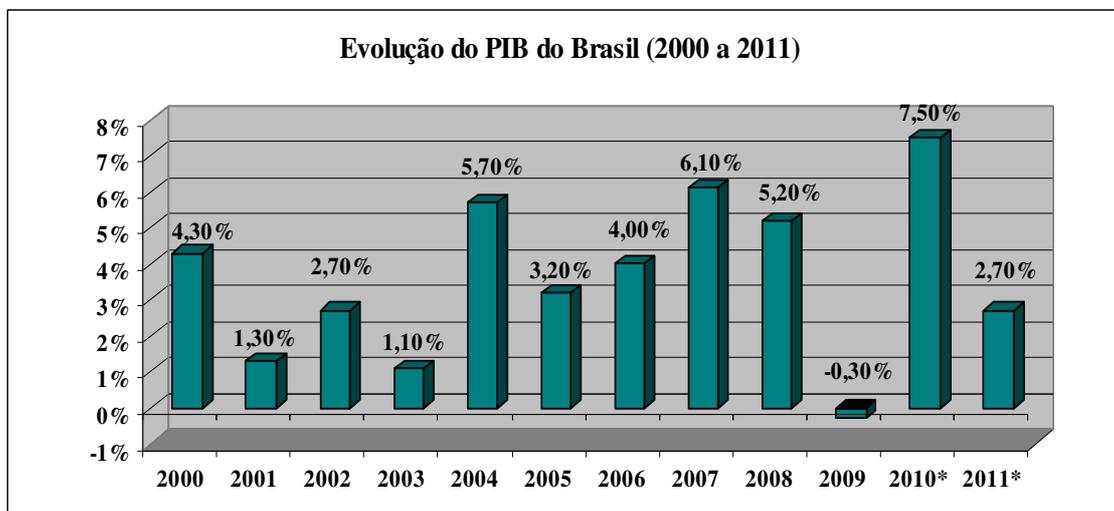
Em 2011, a economia mundial apresentou crescimento moderado. A taxa de crescimento do PIB mundial para o referido ano foi estimada em 3,8%, conforme o Boletim Conjuntura Econômica de Pernambuco, 4º trimestre de 2011, da Agência CONDEPE/FIDEM. Tal crescimento foi influenciado negativamente pela “Zona do Euro”, que foi afetada pela recessão iniciada com a deterioração das contas públicas da Grécia.

O Brasil, por sua vez, apresentou taxa de crescimento do PIB em 2011 menor que a do PIB mundial, a saber: 2,7%. Tal taxa foi 4,8 pontos percentuais menor que a taxa de crescimento do PIB em 2010 (7,5%). Esse baixo crescimento foi influenciado pelas crises externas nos Estados Unidos e na Europa. O crescimento do PIB em 2011 também foi prejudicado pela política contra inflação adotada pelo Banco Central do Brasil, que elevou a taxa básica de juros da economia (Selic), desestimulando o consumo.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional no período entre 2000 e 2011.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE

Nota: (\*) Dados preliminares

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o PIB do Brasil em 2011 somou R\$ 4.143,0 bilhões em valores correntes.

O PIB, sob a ótica da oferta, é o somatório dos três setores que compõem a economia (Indústria, Agropecuária e Serviços – que correspondem ao ‘Valor Adicionado a Preços Básicos’) e dos ‘Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios’.

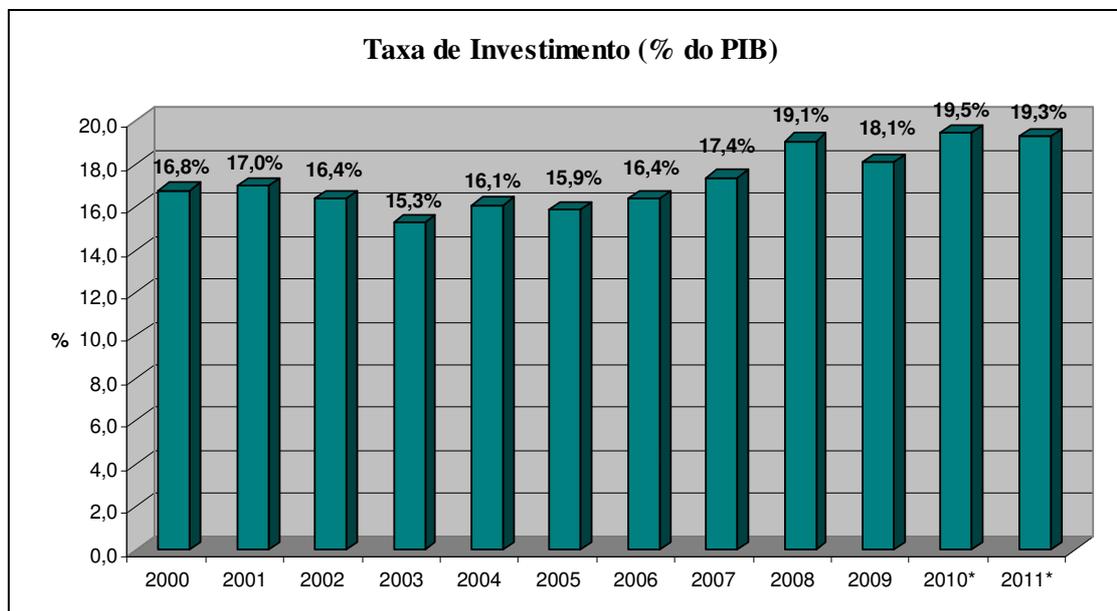
Segundo a publicação do IBGE: Indicadores IBGE – Contas Nacionais Trimestrais – Indicadores de Volume e Valores Correntes – outubro a dezembro/2011:

A expansão do PIB resultou do aumento de 2,5% do Valor Adicionado a preços básicos e do crescimento de 4,3% nos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O aumento dos impostos reflete, principalmente, o crescimento em volume de 11,4% do Imposto sobre Importação e do aumento de 4,7% do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), sendo este último puxado pela venda de máquinas e equipamentos. O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (3,9%), Indústria (1,6%) e Serviços (2,7%).

Com relação à Taxa de Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF, que representa o volume de investimento na economia, dividida pelo PIB a preços de mercado), o gráfico a seguir apresenta sua evolução entre os anos de 2000 e 2011.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE

Nota: (\*) Dados preliminares

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2011 foi de 19,3% do PIB, ligeiramente inferior à observada em 2010 (19,5%).

Após essa breve análise da conjuntura econômica nacional, segue análise um pouco mais detalhada da conjuntura econômica do Estado de Pernambuco.

### 1.3 - Cenário Econômico Estadual

#### 1.3.1 – População

O IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano a população brasileira era de 190.732.694 habitantes, dos quais 84,35% residiam na zona urbana e 15,65% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.078.137 habitantes, representando 27,83% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total vivendo na zona urbana e 26,87% vivendo na zona rural.

Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.

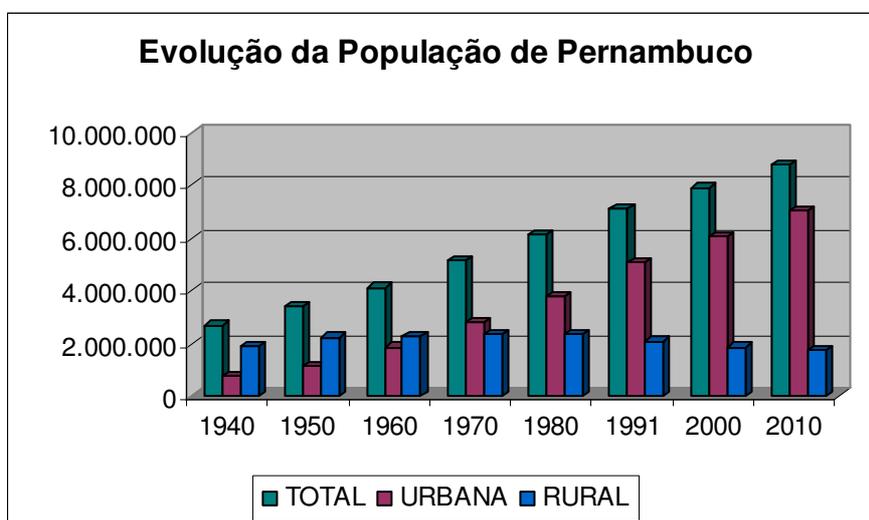


**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

| <b>Evolução da População de Pernambuco</b> |               |              |              |
|--|---------------|--------------|--------------|
| <b>Ano</b>                                 | <b>Urbana</b> | <b>Rural</b> | <b>Total</b> |
| 1940                                       | 787.808       | 1.900.432    | 2.688.240    |
| 1950                                       | 1.167.400     | 2.227.785    | 3.395.185    |
| 1960                                       | 1.856.689     | 2.280.211    | 4.136.900    |
| 1970                                       | 2.810.843     | 2.349.797    | 5.160.640    |
| 1980                                       | 3.783.264     | 2.358.729    | 6.141.993    |
| 1991                                       | 5.051.654     | 2.076.201    | 7.127.855    |
| 2000                                       | 6.058.249     | 1.860.095    | 7.918.344    |
| 2010                                       | 7.049.868     | 1.746.164    | 8.796.032    |

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Observa-se que até a década de 60 a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70 a população do Estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

Ainda segundo o IBGE, a população de Pernambuco estimada para 2011 é de 8.864.906 pessoas.

### 1.3.2 - Produto Interno Bruto

Assim como ocorreu com a economia nacional, a economia pernambucana também apresentou um menor crescimento em 2011 (4,5%) quando comparado com 2010 (9,9%).

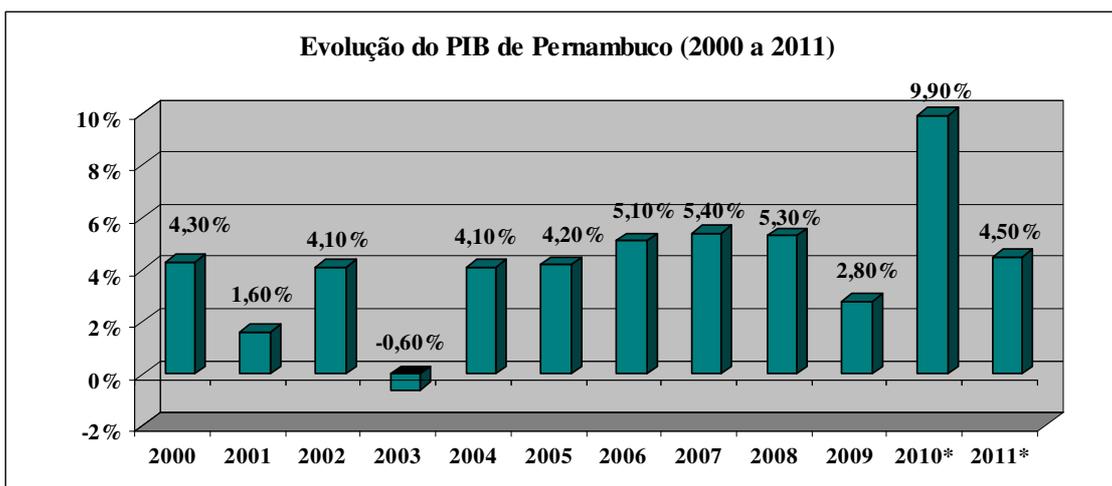
Conforme informações da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB de Pernambuco a preços de mercado em 2011 foi da ordem de R\$ 105,4 bilhões. Ainda



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

segundo a Agência, esse dado é provisório e a divulgação do dado definitivo ocorre em conjunto com o IBGE com uma defasagem de dois anos.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB estadual de 2000 até 2011.

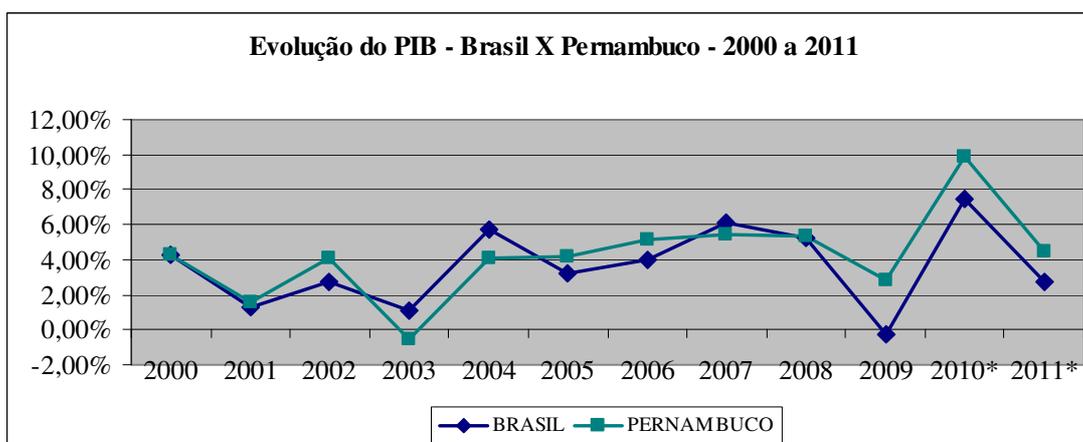


**Fonte:** IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

**Nota:** (\*) Dados preliminares

Segundo o Boletim Conjuntura Econômica de Pernambuco - 4º trimestre de 2011 - da Agência CONDEPE/FIDEM, o crescimento de 4,5% do PIB em 2011 foi decorrente do crescimento de 3,7% na Agropecuária, 5,2% na Indústria (impulsionada pelo crescimento de 15,6% da construção civil), 4,3% nos Serviços e 5,0% nos impostos sobre a produção.

O gráfico a seguir faz um comparativo entre a evolução do PIB nacional e do PIB estadual de 2000 a 2011.



**Fonte:** IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

**Nota:** (\*) Dados preliminares



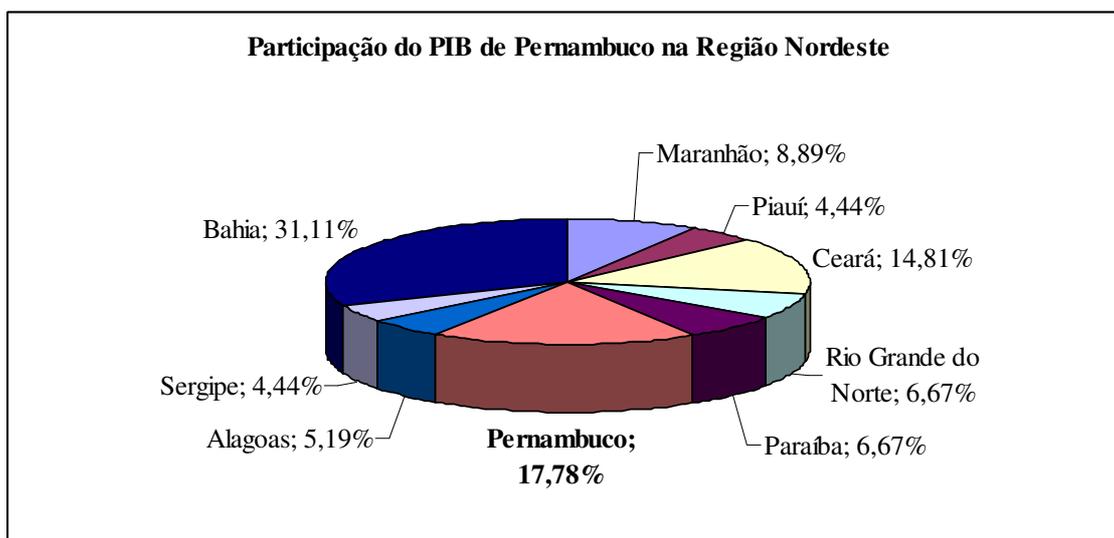
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

Observa-se que desde 2005 (com exceção do ano de 2007) a economia pernambucana tem apresentado um ritmo de crescimento superior ao da economia nacional. Com relação a 2011, enquanto o PIB do Brasil cresceu 2,7% em relação a 2010, o crescimento do PIB pernambucano ficou 1,8 ponto percentual acima do nacional, crescendo 4,5%.

Como já dito anteriormente, o PIB pernambucano a preços de mercado em 2011 foi da ordem de R\$ 105,4 bilhões, representando cerca de 2,54% do PIB nacional do mesmo ano (R\$ 4.143,0 bilhões).

Com relação à participação percentual do PIB Pernambucano no PIB da Região Nordeste, os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE são de 2009, conforme gráfico a seguir:



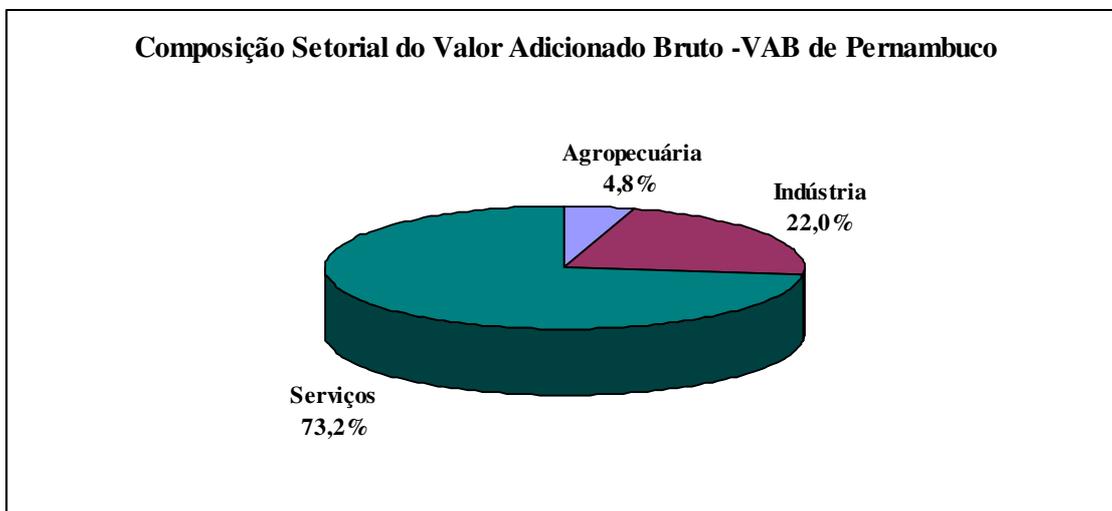
Fonte: IBGE

Em 2009 o PIB de Pernambuco representou 17,78% do PIB da Região Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia, cujo PIB correspondeu a 31,11% do PIB nordestino. Ainda segundo o IBGE, em 2009 o PIB pernambucano ocupava a décima posição no ranking nacional, ficando atrás dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Distrito Federal, Santa Catarina e Goiás, conforme ordem decrescente dos PIBs.

Outra informação relevante corresponde à composição do Valor Adicionado Bruto-VAB pernambucano por setores da economia – Agropecuária, Indústria e Serviços. O VAB corresponde ao PIB subtraído dos ‘impostos sobre produtos líquidos de subsídios’. Os dados mais recentes disponibilizados pela Agência CONDEPE-FIDEM são de 2009, conforme gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM e IBGE

Verifica-se que em 2009 o setor de serviços era o principal componente do PIB estadual, tendo uma participação de 73,2% do seu total. Em segundo lugar vinha o setor industrial que corresponde a 22,0% do PIB e, por fim, o setor agropecuário, cuja participação no PIB estadual é de 4,8%.

### 1.3.3 – Balança Comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do Estado de Pernambuco. A partir de dados fornecidos pela Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, foram elaborados a tabela e o gráfico a seguir contendo uma série histórica de dados da balança comercial pernambucana (importações x exportações) de 2000 até 2011.

US\$ Mil FOB<sup>1</sup>

| Balança Comercial Pernambuco |            |            |            |
|------------------------------|------------|------------|------------|
| Ano                          | Exportação | Importação | Saldo      |
| 2000                         | 284.248    | 936.026    | -651.778   |
| 2001                         | 335.462    | 1.028.607  | -693.145   |
| 2002                         | 319.996    | 843.989    | -523.993   |
| 2003                         | 411.137    | 795.969    | -384.832   |
| 2004                         | 517.549    | 758.773    | -241.224   |
| 2005                         | 786.051    | 805.933    | -19.882    |
| 2006                         | 781.046    | 1.024.745  | -243.699   |
| 2007                         | 870.557    | 1.720.082  | -849.525   |
| 2008                         | 937.633    | 2.460.592  | -1.522.959 |

<sup>1</sup> Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)

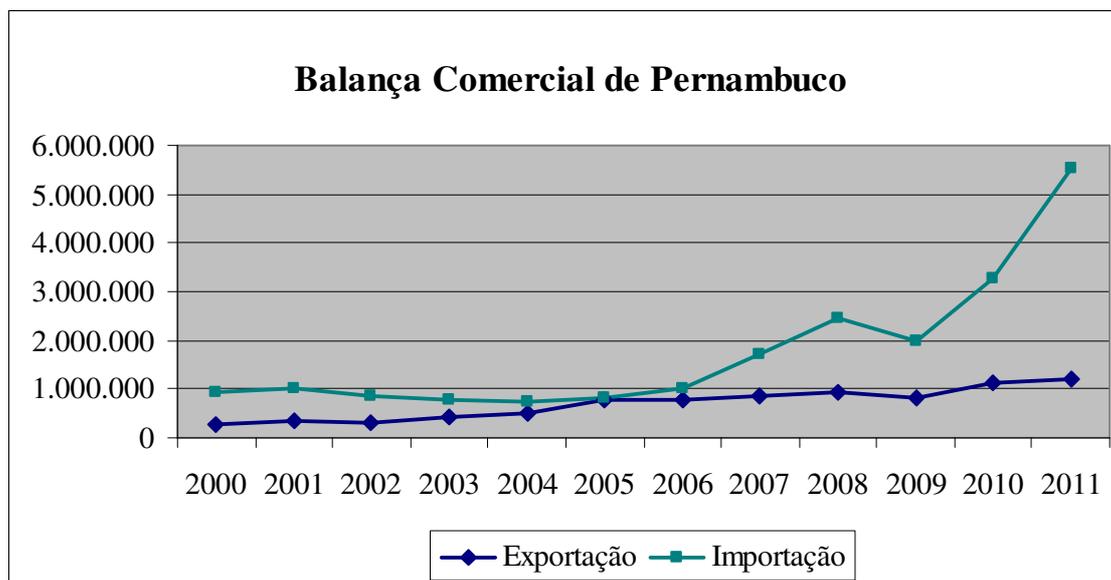


ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

| Balança Comercial Pernambuco |            |            |            |
|------------------------------|------------|------------|------------|
| Ano                          | Exportação | Importação | Saldo      |
| 2009                         | 823.972    | 1.981.372  | -1.157.400 |
| 2010                         | 1.112.498  | 3.272.666  | -2.160.168 |
| 2011                         | 1.198.969  | 5.531.500  | -4.332.531 |

Fonte: MDIC/SECEX

US\$ Mil FOB<sup>2</sup>



Fonte: MDIC/SECEX

Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. Verifica-se ainda que em 2011 as importações no Estado deram um salto, com crescimento de 69% em relação a 2010. Já as exportações em 2011 também cresceram em relação ao ano anterior só que em ritmo bem menor quando comparadas com as importações – a uma taxa de 7,8%.

O déficit da balança comercial do Estado atingiu cerca de US\$ 4,3 bilhões em 2011, aumentando aproximadamente 100,6% em relação ao ano anterior.

Segundo o Boletim Conjuntura Econômica de Pernambuco – 4º trimestre de 2011 – da Agência CONDEPE/FIDEM, os principais produtos da pauta de exportações pernambucanas, nos doze meses de 2011, foram: os açúcares e produtos de confeitaria que se mantiveram como destaque e responderam por 47,2% das vendas externas, seguido pelas frutas (uvas frescas e mangas frescas como principais produtos) com 12,4% e plásticos e suas obras (tereftalato de polietileno em forma primária como principal produto), que corresponderam por 10,0% do total exportado.

<sup>2</sup> Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

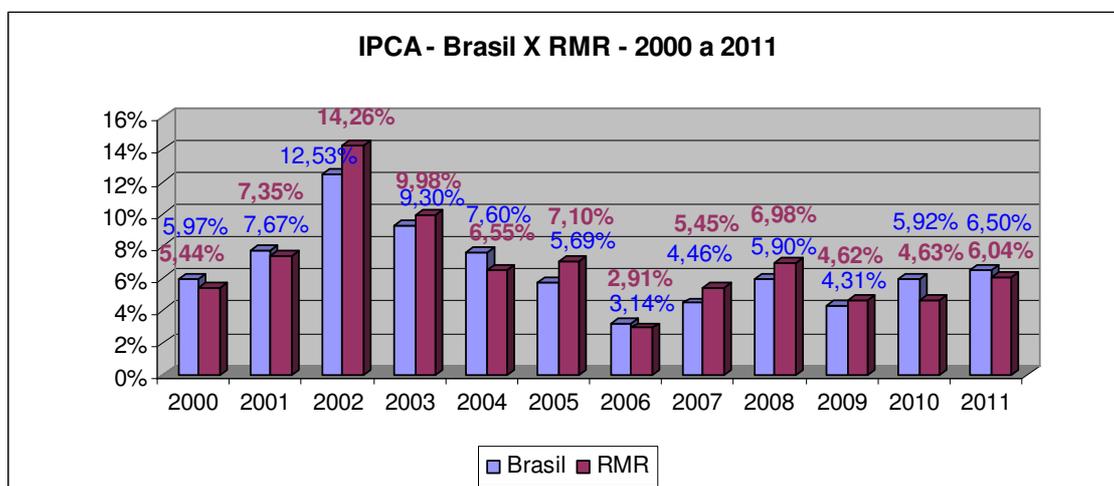
Os principais países compradores dos produtos pernambucanos em 2011 foram: Estados Unidos (12,7%), Argentina (10,1%) e Países Baixos (6,6%)

Ainda segundo o referido Boletim, no acumulado de janeiro a dezembro de 2011, os principais produtos da pauta de importação do Estado de Pernambuco foram: os combustíveis minerais, óleos minerais, etc (butanos liquefeitos, querosenes de aviação e outros propanos liquefeitos) que representaram 28,7% da pauta, seguido por produtos químicos orgânicos (ácido tereftálico e seus sais e etilenoglicol como principais produtos) com 13,1% e reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. (outros aparelhos p/filtrar ou depurar líquidos, outros motores diesel/semidiesel, para embarcação, pórticos moveis de pneumáticos e carros pórticos) com 12,9%.

As compras realizadas pelo Estado de Pernambuco em 2011 são procedentes principalmente de quatro países: Estados Unidos (20,2%), China (9,8%), Argentina (9,6%) e México (7,9%).

### 1.3.4 – Inflação

Outro indicador relevante é o índice de inflação. O gráfico a seguir compara a inflação medida na Região Metropolitana do Recife – RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2000 a 2011.



Fonte: IBGE

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu em 2002, chegando-se as taxas de 12,53% para o Brasil e 14,26% para a RMR. Verifica-se ainda uma elevação nas taxas de inflação de 2011 em relação a 2010. Em 2011 o IPCA do Brasil (6,50%) superou o da RMR (6,04%).



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

### 1.3.5 - Mercado de Trabalho

#### 1.3.5.1 - Emprego

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Brasil gerou 2.555.421 empregos formais no ano de 2010. A Região Nordeste foi responsável pela geração de 494.245 empregos formais no mesmo ano, o que representa aproximadamente 19% do total gerado a nível nacional.

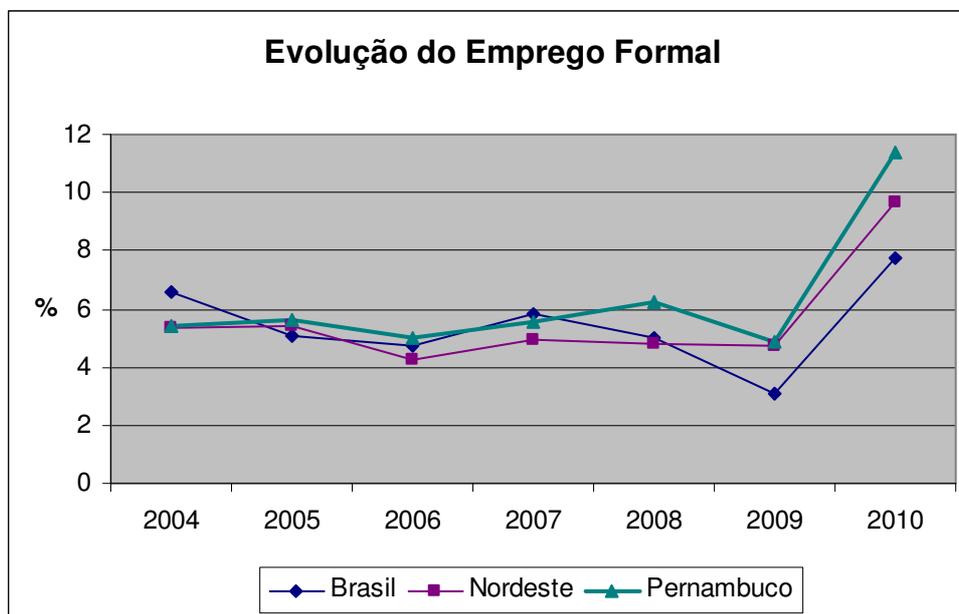
Do total de empregos formais gerados pelo Nordeste (494.245), o Estado de Pernambuco contribuiu com 117.013 empregos, ou seja, 24% dos empregos formais criados no Nordeste foram originários de Pernambuco.

Os dados do CAGED revelam ainda que em 2010 as admissões superaram os desligamentos em todos os Estados da Federação bem como no Distrito Federal. Com relação à taxa de variação de empregos formais em 2010, Pernambuco ocupa a 6ª posição no ranking nacional, com uma taxa de crescimento de 11,36%, ficando atrás apenas dos Estados de Rondônia (13,22%), Maranhão (12,67%), Roraima (12,66%), Piauí (11,60%) e Tocantins (11,42%).

A tabela e o gráfico a seguir fazem um comparativo da variação do emprego formal em termos percentuais entre o Brasil, a Região Nordeste e o Estado de Pernambuco no período de 2004 a 2010.

| <b>Varição do Emprego Formal (%)</b> |               |                 |                   |
|--------------------------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| <b>Ano</b>                           | <b>Brasil</b> | <b>Nordeste</b> | <b>Pernambuco</b> |
| 2004                                 | 6,55          | 5,38            | 5,43              |
| 2005                                 | 5,09          | 5,39            | 5,59              |
| 2006                                 | 4,72          | 4,28            | 4,98              |
| 2007                                 | 5,85          | 4,92            | 5,54              |
| 2008                                 | 5,01          | 4,82            | 6,24              |
| 2009                                 | 3,11          | 4,74            | 4,85              |
| 2010                                 | 7,74          | 9,65            | 11,36             |

**Fonte:** MTE-CAGED



Fonte: MTE/CAGED

Segundo o Boletim Conjuntura Econômica de Pernambuco - 4º trimestre de 2011 - da Agência CONDEPE/FIDEM, no ano de 2011 o emprego assalariado com carteira assinada em Pernambuco, captado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged - do Ministério do Trabalho e Emprego, - apresentou um crescimento de 7,8% gerando 91,2 mil novos postos de trabalhos formais. Cabe ressaltar que Pernambuco obteve o melhor desempenho da Região Nordeste.

### 1.3.5.2 - Desemprego

Com relação ao desemprego no Brasil, este é medido tanto pelo IBGE quanto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE.

O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Emprego - PME nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de produzir indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desocupação Total, que corresponde ao percentual das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Já o DIEESE, em conjunto com a Fundação Seade, realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED nas mesmas regiões metropolitanas que a pesquisa do IBGE e também no Distrito Federal. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desemprego Total.

Os referidos institutos de pesquisa utilizam critérios diferentes para medição do desemprego. Enquanto a pesquisa do IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, a

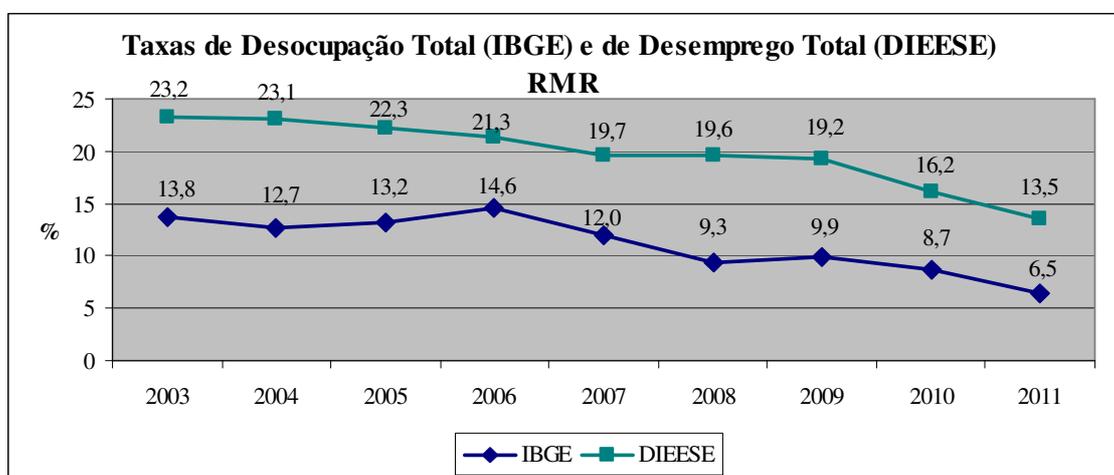


ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

pesquisa do DIEESE utiliza o critério de desemprego total, que engloba tanto desemprego aberto quanto o desemprego oculto<sup>3</sup>.

Considerando que a população da Região Metropolitana do Recife – RMR (cerca de 3,69 milhões de habitantes em 2010) representa uma considerável parcela da população do Estado de Pernambuco (cerca de 8,79 milhões de habitantes em 2010), serão utilizados dados relativos à RMR nas análises a seguir.

O gráfico abaixo faz uma comparação entre as Taxas de Desocupação Total e as Taxas de Desemprego Total na RMR, de 2003 a 2011, medidas respectivamente pelo IBGE e pelo DIEESE.



Fonte: IBGE e DIEESE

Observa-se que a série histórica da Taxa de Desemprego Total (DIEESE) é decrescente em todo o período retratado. A Taxa de Desocupação Total (IBGE), embora apresente algumas oscilações, também aponta uma tendência de decréscimo. A primeira caiu de 23,2% em 2003 para 13,5% em 2011 e a segunda passou de 13,8% em 2003 para 6,5% em 2011.

Como já dito anteriormente, a explicação para as taxas de desemprego medidas pelo DIEESE serem maiores que as medidas pelo IBGE é que o conceito dado pelo DIEESE para esse indicador é mais abrangente que o dado pelo IBGE.

<sup>3</sup> **desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

**desemprego oculto pelo trabalho precário:** pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalhos não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

**desemprego oculto pelo desalento:** pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.



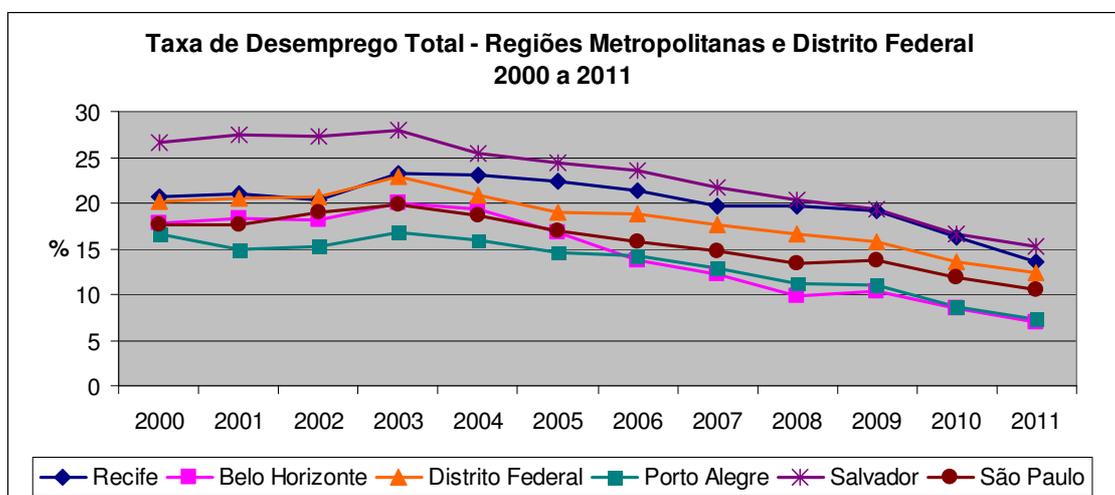
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

Vale ressaltar que o Governo do Estado utiliza em suas publicações a metodologia do IBGE, a exemplo do Relatório das Ações de Governo e da Lei 13.306/2007 – Anexo I – Plano Plurianual 2008-2011. Entretanto, o critério estabelecido pelo DIEESE é definido pelos pesquisadores como mais completo por não apenas levar em consideração o desemprego aberto, mas também o desemprego oculto. Ademais, é utilizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Seguem tabela e gráfico fazendo um comparativo entre as Taxas de Desemprego Total do Distrito Federal e das Regiões Metropolitanas do Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e São Paulo, de 2000 a 2011, com base em pesquisas realizadas pelo DIEESE.

| Taxa de Desemprego Total - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal<br>2000 a 2011 (%) |        |                |                  |              |          |           |
|---|--------|----------------|------------------|--------------|----------|-----------|
|   | Recife | Belo Horizonte | Distrito Federal | Porto Alegre | Salvador | São Paulo |
| 2000  | 20,7   | 17,8           | 20,2             | 16,6         | 26,6     | 17,6      |
| 2001  | 21,1   | 18,3           | 20,5             | 14,9         | 27,5     | 17,6      |
| 2002  | 20,3   | 18,1           | 20,7             | 15,3         | 27,3     | 19        |
| 2003  | 23,2   | 20,0           | 22,9             | 16,7         | 28,0     | 19,9      |
| 2004  | 23,1   | 19,3           | 20,9             | 15,9         | 25,5     | 18,7      |
| 2005  | 22,3   | 16,7           | 19,0             | 14,5         | 24,4     | 16,9      |
| 2006  | 21,3   | 13,8           | 18,8             | 14,3         | 23,6     | 15,8      |
| 2007  | 19,7   | 12,2           | 17,7             | 12,9         | 21,7     | 14,8      |
| 2008  | 19,6   | 9,8            | 16,6             | 11,2         | 20,3     | 13,4      |
| 2009  | 19,2   | 10,3           | 15,8             | 11,1         | 19,4     | 13,8      |
| 2010  | 16,2   | 8,4            | 13,6             | 8,7          | 16,6     | 11,9      |
| 2011  | 13,5   | 7,0            | 12,4             | 7,3          | 15,3     | 10,5      |

Fonte: DIEESE



Fonte: DIEESE



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

Verifica-se que a Região Metropolitana de Salvador teve a maior taxa de desemprego em todo o período retratado. A segunda maior taxa no período, com exceção de 2002, foi da Região Metropolitana do Recife. Observa-se ainda que em todas as regiões metropolitanas pesquisadas a taxa de desemprego vem caindo ao longo dos anos.

### 1.3.5.3 – Rendimento

O IBGE, por meio da Pesquisa Mensal de Emprego–PME, obtém um importante indicador do poder de compra do rendimento do trabalho: o ‘rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada’. Tal pesquisa é realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Considerando que a população da Região Metropolitana do Recife – RMR (cerca de 3,69 milhões de habitantes em 2010) representa uma considerável parcela da população do Estado de Pernambuco (cerca de 8,79 milhões de habitantes em 2010) – informação obtida a partir do Censo do referido ano – serão utilizados dados relativos à RMR nas análises a seguir.

Seguem tabela e gráfico demonstrando as médias anuais do rendimento médio real habitual mensal recebido pela população ocupada nas regiões metropolitanas pesquisadas:

Em R\$ 1,00

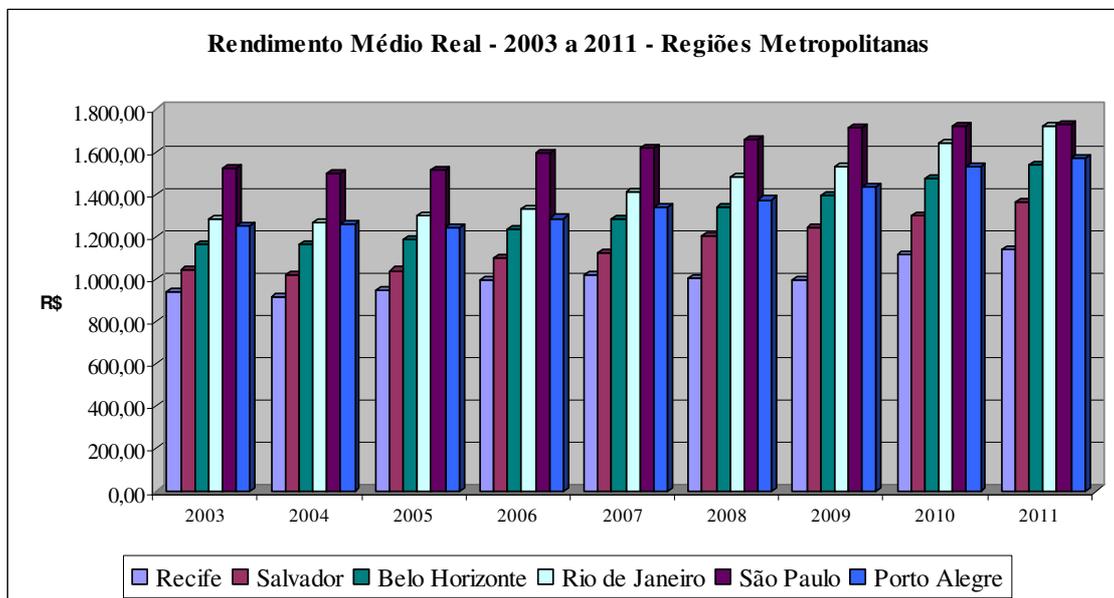
| <b>Rendimento Médio Real – 2003 a 2011 – Regiões Metropolitanas</b> |              |               |                 |                       |                       |                  |                     |
|---|--------------|---------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|------------------|---------------------|
| <b>Ano</b>  | <b>Total</b> | <b>Recife</b> | <b>Salvador</b> | <b>Belo Horizonte</b> | <b>Rio de Janeiro</b> | <b>São Paulo</b> | <b>Porto Alegre</b> |
| <b>2003</b>   | 1.329,69     | 942,42        | 1.042,25        | 1.164,54              | 1.284,93              | 1.519,92         | 1.252,26            |
| <b>2004</b>   | 1.312,71     | 918,95        | 1.020,92        | 1.162,00              | 1.270,06              | 1.496,03         | 1.260,15            |
| <b>2005</b>   | 1.332,86     | 948,43        | 1.039,99        | 1.188,35              | 1.297,48              | 1.514,57         | 1.244,82            |
| <b>2006</b>   | 1.385,58     | 993,3         | 1.096,30        | 1.235,77              | 1.332,95              | 1.591,36         | 1.286,35            |
| <b>2007</b>   | 1.429,80     | 1019,76       | 1.124,29        | 1.280,58              | 1.410,22              | 1.620,58         | 1.340,70            |
| <b>2008</b>   | 1.478,34     | 1005,66       | 1.199,67        | 1.339,52              | 1.484,15              | 1.658,87         | 1.374,47            |
| <b>2009</b>   | 1.525,26     | 995,14        | 1.241,01        | 1.394,32              | 1.532,05              | 1.711,23         | 1.437,01            |
| <b>2010</b>   | 1.582,50     | 1.115,21      | 1.296,70        | 1.472,70              | 1.638,76              | 1.718,54         | 1.531,45            |
| <b>2011</b>   | 1.625,46     | 1.141,07      | 1.363,87        | 1.538,60              | 1.719,35              | 1.730,22         | 1.571,35            |
| <b>Varição 2011-2003</b>  | <b>22,2%</b> | <b>21,1%</b>  | <b>30,9%</b>    | <b>32,1%</b>          | <b>33,8%</b>          | <b>13,8%</b>     | <b>25,5%</b>        |

**Fonte:** IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego – PME)

**Nota:** os valores do quadro acima correspondem à média anual do rendimento médio real habitual mensal recebido pela população ocupada a preços de dezembro de 2011



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



**Fonte:** IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego – PME)

A partir da tabela acima, observa-se que de 2003 a 2011 houve um ganho expressivo no poder de compra do rendimento do trabalho da população ocupada no total das seis regiões pesquisadas, 22,2%.

A RMR foi a que apresentou um dos menores ganhos, de 21,1%, ficando à frente apenas de São Paulo, que apresentou ganho real no poder de compra de 13,8%, e atrás do Rio de Janeiro (33,8%), Belo Horizonte (32,1%), Salvador (30,9%) e Porto Alegre (25,5%).

No tocante aos valores do rendimento médio real no ano de 2011, verifica-se que São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram os maiores valores, R\$ 1.730,22 e R\$ 1.719,35, respectivamente. A RMR apresentou o menor rendimento médio real não só no ano de 2011 (R\$ 1.141,07) como em todo o período da pesquisa (2003 a 2011).

### 1.3.6 – Programas de Incentivos Fiscais do Estado de Pernambuco

O Estado de Pernambuco mantém três programas de incentivos fiscais: o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – Prodepe, o Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco – Prodinpe e o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Calçados, Bolsas, Cintos e Bolas Esportivas do Estado de Pernambuco.

O Prodepe foi instituído pela Lei nº 11.675, de 11/10/99, e regulamentado pelo Decreto nº 21.959, de 27/12/99. Tal programa compreende um conjunto de incentivos fiscais direcionados para alguns setores da atividade econômica, entre os quais se destacam o industrial, a central de distribuição e o importador atacadista.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

O Prodinpe contempla um pacote de incentivos fiscais a fim de fomentar investimentos a partir da instalação do Estaleiro Atlântico Sul, no Complexo Industrial e Portuário de Suape – viabilizando a construção, ampliação, reparo, modernização e transformação de embarcações e de plataformas ou respectivos módulos.

O Programa de Desenvolvimento da Indústria de Calçados, Bolsas, Cintos e Bolas Esportivas do Estado de Pernambuco foi instituído pela Lei nº 13.179, de 29 de dezembro de 2006, com o objetivo de atrair e fomentar estabelecimentos industriais que realizem ou venham a realizar atividades de fabricação e montagem desses tipos de produtos, mediante a concessão de incentivos fiscais.

Vale ressaltar que os incentivos fiscais concedidos têm proporcionado a instalação de diversas empresas no Estado, impulsionando sua economia.

### **1.3.7 – Principais Pólos de Desenvolvimento do Estado**

Segundo informações da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco- AD-Diper, através do Ofício AD-Diper/DIPRE nº 097/11, de 06/07/11, os principais pólos de desenvolvimento do Estado são os seguintes:

Pólos consolidados:

- Pólo médico
- Pólo de tecnologia da informação e comunicação
- Pólo gesseiro do Araripe
- Pólo da fruticultura irrigada
- Pólo de avicultura
- Pólo sucroalcooleiro
- Pólo de confecções

Pólos em consolidação:

- Parque tecnológico de eletroeletrônicos
- Pólo farmacoquímico
- Pólo de calçados
- Pólo moveleiro
- Pólo automobilístico
- Pólo petroquímico

Pólos futuros

- PE2 – Pólo ecológico
- Pólo logístico (Plataforma Logística Multimodal Miguel Arraes/Salgueiro – Sertão Central)

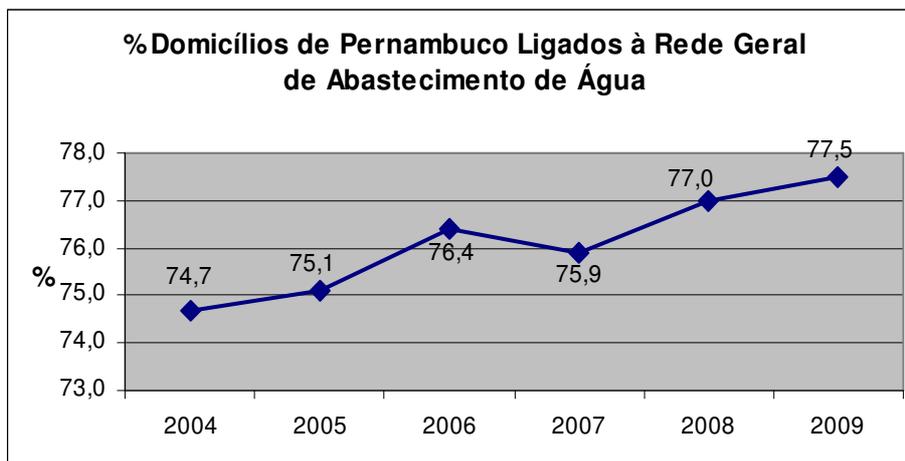
### **1.3.8 - Saneamento**

Os gráficos a seguir foram elaborados com base em dados do IBGE relativos a indicadores sociais de saneamento. O primeiro demonstra o percentual de domicílios



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

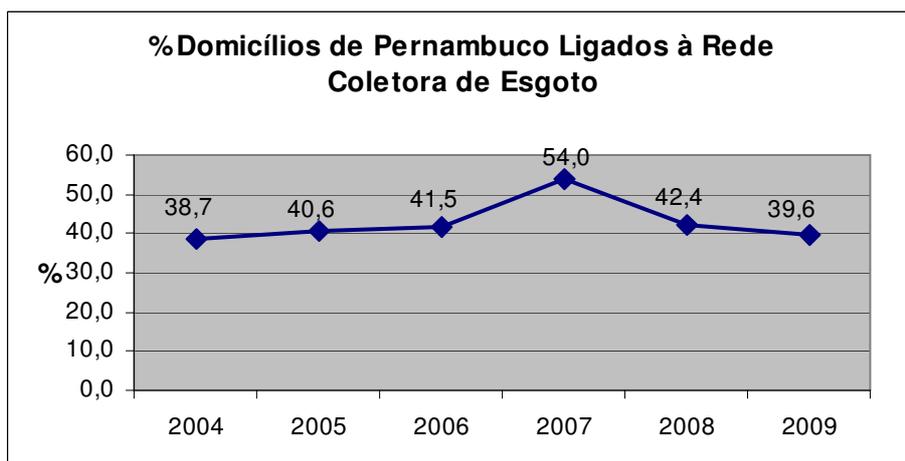
pernambucanos ligados à rede geral de abastecimento de água, de 2004 a 2009 (dados mais recentes disponíveis).



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Verifica-se um crescimento no percentual de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água de 74,7%, em 2004, para 77,5%, em 2009. Ainda com base em dados do IBGE, observa-se que em 2009, considerando-se as 27 unidades da federação, Pernambuco ocupa a 18ª posição no ranking nacional.

O segundo gráfico demonstra o 'percentual de domicílios pernambucanos ligados à rede coletora de esgoto', de 2004 a 2009 (dados mais recentes disponíveis).



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Verifica-se que o percentual de domicílios ligados à rede coletora de esgoto é bem menor do que os ligados à rede geral de abastecimento de água. Consta-se que, em 2009, 39,6% dos domicílios estavam ligados à rede de esgotos, o que representa a nona posição no ranking nacional considerando as 27 unidades da federação (Estados e Distrito Federal).



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

---

#### 1.4 - Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que Pernambuco encontra-se, de fato, em um ciclo de expansão econômica, com taxas de crescimento do PIB do Estado superiores às do PIB nacional, aumento no quantitativo de empregos formais, taxas de desemprego decrescentes na RMR e elevação do rendimento médio real também na RMR.

Por outro lado, o déficit da balança comercial do Estado dobrou de 2010 para 2011, a taxa de desemprego da RMR, embora decrescente ao longo dos anos, foi a segunda maior em 2011 dentre as regiões metropolitanas pesquisadas, e o rendimento médio real, também na RMR, foi o menor dentre as regiões metropolitanas pesquisadas no período de 2003 a 2011. Além disso, o percentual de domicílios pernambucanos ligados à rede coletora de esgoto é baixo.